



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

ANDREZA DA SILVA FARIAS

**A CONSTRUÇÃO GRAMATICAL “QUE NEM”: UMA
ABORDAGEM À LUZ DO FUNCIONALISMO**

MONTEIRO – PB
2023

ANDREZA DA SILVA FARIAS

**A CONSTRUÇÃO GRAMATICAL “QUE NEM”: UMA
ABORDAGEM À LUZ DO FUNCIONALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Letras Português da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB), como requisito parcial à
obtenção do título de Graduada em Letras -
Português.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Noelma Cristina F. dos Santos.

**MONTEIRO – PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224c Farias, Andreza da Silva.

A construção gramatical "que nem" [manuscrito] : uma abordagem à luz do funcionalismo / Andreza da Silva Farias. - 2023.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Noelma Cristina Ferreira dos Santos, Coordenação do Curso de Letras - CCHE. "

1. Gramaticalização. 2. Funcionalismo. 3. Linguística funcional . 4. Oralidade. I. Título

21. ed. CDD 415

ANDREZA DA SILVA FARIAS

A CONSTRUÇÃO GRAMATICAL "QUE NEM": UMA ABORDAGEM À
LUZ DO FUNCIONALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a/ao Coordenação/Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística

Aprovada em: 23/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Noelma Cristina F. dos Santos

Profa. Dra. Noelma Cristina Ferreira dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aymmé Silveira Santos

Profa. Dra. Aymmé Silveira Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jordão Joanes Dantas da Silva

Prof. Dr. Jordão Joanes Dantas Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois sem ele nada disso seria possível. Obrigada, pai amado, por ter até aqui me sustentado e me guiado em meio a tantos desafios, por ser minha fortaleza e nunca me desamparar.

Agradeço a minha mãe, Laudivane, por todo apoio, amor e carinho incondicional. Tenho muito orgulho de ser sua filha, uma mulher batalhadora, que luta diariamente para dar uma vida melhor aos seus filhos(as). Sei dos seus sacrifícios e serei eternamente grata por tudo.

Ao meu pai, Apolinário, que, apesar de não demonstrar seus sentimentos, sempre fez de tudo para que eu pudesse realizar meus sonhos. Lembro-me como se fosse hoje dos dias em que ia me levar e me buscar na universidade em Monteiro. Obrigada por todo esforço e dedicação a nossa família.

Ao meu namorado, Otávio, que está sempre comigo, me apoiando e me incentivando. Por me consolar nas horas de exaustão e choro. Gratidão por manter-se sempre ao meu lado e acreditar no meu potencial. Sou extremamente grata a você.

À minha querida irmã, Alessandra, que sempre se fez presente em todos os momentos da minha vida, por ser além de minha irmã também minha amiga e confidente. Obrigada por todo cuidado e amor.

Às minhas amigas, mais que especiais, Ellen, Gabrielle e Helena, por dividirem comigo essa jornada e tornarem tudo um pouco mais leve. Obrigada pela troca de conhecimento, pelas inúmeras risadas e pela amizade que vai além da UEPB.

À minha orientadora, Noelma, por ter acreditado na minha pesquisa e me conduzido até aqui e pela maneira impecável pela qual sempre me orientou. É uma grande honra ter sido escolhida por alguém tão genial, brilhante e admirável como a senhora.

Por fim, agradeço aos professores, Jordão Joanes Dantas da Silva e Aymmée Silveira Santos, pela gentileza de terem aceitado o convite para participar da banca examinadora e se disporem a ler e atenciosamente darem suas valiosas contribuições para o engrandecimento do meu trabalho.

RESUMO

Nesta pesquisa, investigamos o processo de constituição da construção *que nem* na Língua Portuguesa e suas funções a partir de uma perspectiva funcionalista centrada no uso. Para tanto, foi realizado um estudo sincrônico, analisando-se os aspectos funcionais dessa construção nos dados de fala, de caráter dialogal, coletados do *corpus* CoLingPB, mais especificamente, nos municípios: Monteiro, Congo e Serra Branca. Este estudo baseou-se nos princípios da linguística funcional centrada no uso e na gramática de construções, a partir dos postulados de Oliveira e Rosário (2015) e Neves (2012, 2006), assim como os pressupostos teóricos da gramaticalização do “que nem”, presentes nos trabalhos de Cordeiro (2012), Vieira e Sousa (2019), Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012) e Dias (2011). Sob a perspectiva quantitativa, evidenciamos que a forma *que nem* aparece com maior frequência nas falas dos informantes da zona rural, assim, associamos esse resultado ao fato de os informantes da zona rural possuírem um nível de escolaridade inferior aos da zona urbana. Pela ótica qualitativa, foi possível verificar as funções que a construção *que nem* assumiu dentro das ocorrências analisadas, sendo utilizada em estruturas comparativas, explicativas e conformativas. Ademais, constatamos que a construção *que nem* sofreu o que chamamos de processo de gramaticalização, adquirindo novas funções gramaticais e passando a integrar a rede de conectivos.

Palavras-chave: Gramaticalização. Funcionalismo. Linguística funcional. Oralidade.

ABSTRACT

In this research, we investigated the process of constitution of the construction *que nem* in the Portuguese language and its functions from a functionalist perspective centered on use. To this end, a synchronic study was carried out, analyzing the functional aspects of this construction in speech data, of a dialogical nature, collected from the CoLingPB corpus, more specifically, in the municipalities: Monteiro, Congo and Serra Branca. This study was based on the principles of functional linguistics centered on the use and grammar of constructions, based on the postulates of Oliveira and Rosário (2015) and Neves (2012, 2006), as well as the theoretical assumptions of the grammaticalization of "que nem", present in the works of Cordeiro (2012), Vieira and Sousa (2019), Thompson, Oliveira and Rodrigues (2012) and Dias (2011). From a quantitative perspective, we show that the form *que nem* that does appear more frequently in the speeches of informants from rural areas is due to the fact that informants from rural areas, therefore, we associate this result with the fact that informants from rural areas have a lower level of education than those from urban areas. From a qualitative perspective, it was possible to verify the functions that the construction *que nem* assumed within the analyzed occurrences, being used in comparative, conformational and explanatory structures. Furthermore, we found that the construction *que nem* did even undergo what we call the grammaticalization process, acquiring new grammatical functions and becoming part of the network of connectives.

Keywords: Grammaticalization. Functionalism. Functional linguistics. Orality.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Quantificação dos informantes da zona rural e da zona urbana que utilizaram o <i>que nem</i> em cada município | 23 |
| Tabela 2 - Perfil dos informantes que fizeram uso do <i>que nem</i> na Zona Rural | 24 |
| Tabela 3 - Perfil dos informantes que fizeram uso do <i>que nem</i> na Zona Urbana | 24 |
| Tabela 4 - Quantificação de dados analisados na Zona Rural e Urbana dos municípios .. | 26 |
| Tabela 5 - Distribuição das ocorrências do <i>que nem</i> no domínio das suas funções | 28 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 10 |
| 2.1 | Gramaticalização: Gramática de construções | 10 |
| 2.2 | Gramaticalização do <i>que nem</i> | 14 |
| 2.3 | O <i>que nem</i> nas Gramáticas Tradicionais e Contemporâneas | 16 |
| 2.4 | Conjunção comparativa | 18 |
| 3 | METODOLOGIA | 21 |
| 3.1 | Perfil dos Informantes | 23 |
| 4 | ANÁLISE DE DADOS | 26 |
| 4.1 | Ocorrência do <i>que nem</i> na zona rural e urbana | 26 |
| 4.2 | <i>Que nem</i>: estrutura comparativa | 28 |
| 4.3 | <i>Que nem</i>: Estrutura Conformativa e Explicativa | 31 |
| 4.4 | <i>Que e Nem</i> | 33 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 35 |
| | REFERÊNCIAS | 37 |

1 INTRODUÇÃO

A língua está em constante mudança, percorrendo um caminho de transformações, de novas estruturas e novos usos. Tal processo é provocado pela necessidade de comunicação, pois “A língua não é um sistema autônomo, nem se esgota no código linguístico, [...] é um fenômeno cultural e histórico fundado numa atividade social e cognitiva que varia com o tempo de acordo com os falantes [...]” (Marcuschi, 1998, p.147-156 *apud* Cordeiro, 2012).

Com base nessa afirmação, o presente trabalho trata do estudo da construção gramatical “que nem” à luz do funcionalismo. Para tanto, utilizaremos como base teórica desta pesquisa os princípios da linguística funcional centrada no uso e na gramática de construções, a partir dos postulados de Oliveira e Rosário (2015) e Neves (2012, 2006) assim como os pressupostos teóricos da gramaticalização do “que nem”, presentes nos trabalhos de Cordeiro (2012); Vieira e Sousa (2019); Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012) e Dias (2011).

Utilizaremos o Corpus Linguístico da Paraíba (CoLingPB¹) que contém arquivos de áudio e transcrições de entrevistas em formato PDF coletadas entre 2011 e 2014, com falantes paraibanos, a fim de responder aos seguintes questionamentos: Como se dá a ocorrência da expressão “que nem” na zona rural e urbana das regiões paraibanas: Monteiro, Congo e Serra Branca presentes no *corpus*? Em que contextos sintáticos e semânticos é usada a construção “que nem”? e Que funções sintático-semânticas a construção “que nem” exerce dentro das transcrições analisadas?

Deste modo, temos como objetivo geral: analisar a construção “que nem” dentro de uma perspectiva funcional da língua. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: 1) Investigar a ocorrência da expressão “que nem” na zona rural e urbana dos municípios paraibanos: Monteiro, Congo e Serra Branca presentes no *corpus* CoLingPB da UFPB; 2) Descrever os contextos nos quais são apresentados o(s) uso(s) da construção “que nem”; 3) Identificar as funções sintático-semânticas que a construção “que nem” exerce dentro dos casos apresentados nas transcrições.

Investigar a construção “que nem” sob uma perspectiva funcional da língua se configura como um estudo significativo, pois apesar do “que nem” ser bastante utilizado e já se encontrar dicionarizado, ainda não recebe a devida atenção, tendo poucas reflexões

¹ Disponível em: <<http://cchla.ufpb.br/colingpb>>.

sobre o tema. Identificamos somente os trabalhos de Cordeiro (2012), Dias (2011) e Thompson; Oliveira; Rodrigues (2012), que discutem sobre o processo de gramaticalização do *que nem* e os estudos de Vieira e Sousa (2019, 2020) que refletem a respeito da arquitetura construcional do *que nem* na Língua Portuguesa. Porém, nenhum deles discorre acerca da comparação entre zona rural e zona urbana. Considerando o exposto, com base nos dados encontrados, defenderemos a relevância de tal construção, tendo em vista que “[...] a gramática de uma língua é um grande inventário de construções” (Oliveira; Rosário, 2015, p.134).

Por fim, o trabalho está dividido em cinco seções e suas subdivisões, que se organizam da seguinte forma: a primeira seção é esta, em que se apresenta a introdução; na segunda seção serão abordadas algumas reflexões teóricas, divididas em quatro subseções: Gramaticalização: Gramática de construções; a gramaticalização do “que nem”; O “que nem” nas Gramáticas Tradicionais e Contemporâneas; Conjunção comparativa. Em seguida, na terceira seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta seção, será realizada a análise dos dados. Por último, na quinta seção, serão apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gramaticalização: Gramática de construções

Como o trabalho se propõe a realizar um estudo do processo de gramaticalização à luz do funcionalismo, é necessário trazermos, inicialmente, uma breve discussão acerca das ideias que norteiam a Linguística Funcional.

Segundo Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012), a abordagem funcionalista defende que as estruturas linguísticas devem ser estudadas com base no seu contexto de uso, visto que o sistema linguístico de uma determinada língua está diretamente atrelado aos usos que os falantes desempenham em dadas situações comunicativas reais. Isto é, faz-se necessário não só uma análise dos fatores internos da gramática, mas também dos seus contextos, ou seja, dos fatores externos que interferem no sistema linguístico.

Tendo em vista isso, Neves (2012, p. 50-51) afirma que “quando se fala de descrição da língua em uso, de língua em função, fica implicado que a consideração das estruturas linguísticas se pauta pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos que expressam as funções a que serve a linguagem”. Assim, ao descrever a língua em funcionamento, deve-se ter em mente que há motivações e necessidades comunicativas por trás dos usos.

Diante dessa linha de pensamento, Neves (2006, p. 16) aponta três lições básicas de uma gramática de direção funcionalista, reproduzidas logo abaixo:

- A linguagem não é um fenômeno isolado, mas pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos. (Prideaux, 1987).
- A língua (e a gramática) não pode ser explicada como um sistema autônomo (Givón, 1995).
- As formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas (Halliday, 1994).

Logo, dentro dessas três lições, se faz presente a relevância das motivações de uso e das necessidades comunicativas. Além disso, como a autora observa, a gramática da língua se resolve no equilíbrio entre as forças internas e externas ao sistema, sendo as forças externas tanto cognitivas quanto socioculturais (Du Bois, 1985 *apud* Neves, 2006). Deste modo, Rosário e Oliveira (2016, p. 234) postulam que “a estrutura da língua é

forjada na experiência, tanto histórica quanto cotidiana, e que deriva de processos cognitivos de domínio geral. Assim, a visão de língua adotada não mais está centrada somente nos *tokens*² empiricamente comprovados, ou seja, no material linguístico em si, mas em instâncias de maior abstração”. Melhor dizendo, a gramática da língua está fundamentada nas experiências socioculturais e históricas dos seus falantes, a percepção de língua, portanto, irá centrar-se não apenas no código linguístico, mas em esferas mais subjetivas.

Partindo dos pressupostos funcionalistas, Neves (2012) refere-se à linguagem como uma negociação entre interlocutores, resultante de motivações de uso somadas às necessidades comunicativas, que se dão pelo acionamento de duas categorias, a informatividade e a economia. A informatividade está ligada a uma maior expressividade, enquanto a economia liga-se à simplificação e à normalidade.

Posto isto, Cordeiro (2012) evidencia que as línguas são sistemas vivos e por isso estão sujeitas a variações. Neste sentido, de acordo com as necessidades comunicativas, os falantes de uma determinada língua podem expressar novas ideias ou até mesmo ideias mapeadas em formas cristalizadas, utilizando construções que já existem. Assim, “de fato, a língua é funcionalmente ancorada no modo como os falantes a utilizam em sociedade” (Oliveira; Rosário, 2015, p. 130). Isso significa que a gramática da língua está respaldada nos contextos de uso e se molda conforme as necessidades de comunicação dos seus falantes.

Por esta razão, Oliveira e Rosário (2015) acreditam que a estrutura fundamental da gramática é a construção. O que implica dizer que a “gramática de uma língua é um grande inventário de construções” (Oliveira; Rosário, 2015, p. 134). Deste modo, “a relação do Funcionalismo e da Gramática de Construções, conhecida no Brasil como LFCU, contribui para este fenômeno instigante e constitutivo do próprio sistema linguístico: o da variação e a mudança linguística” (Vieira, 2020, p. 118).

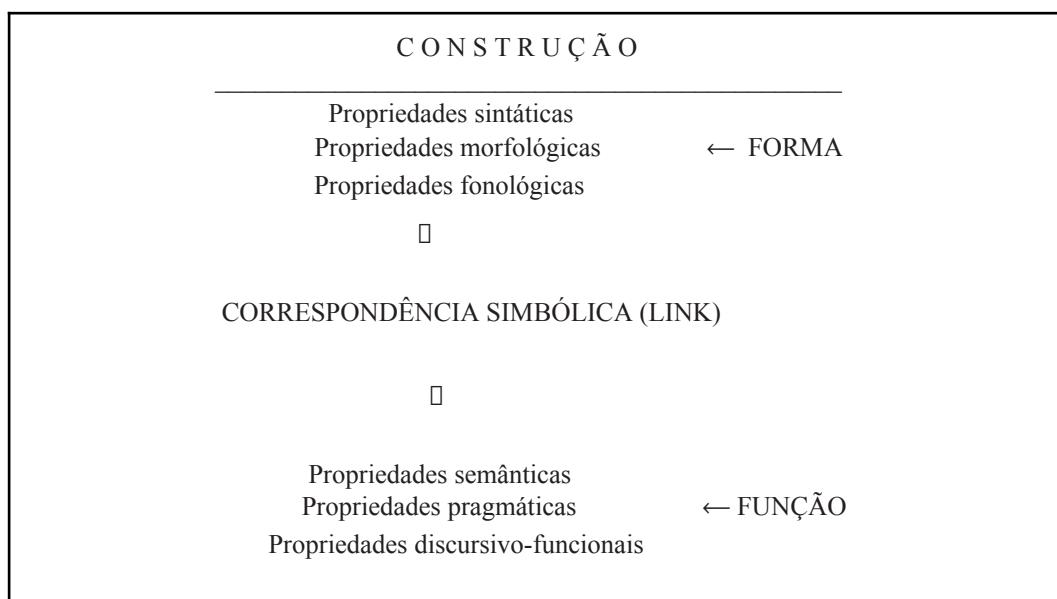
De acordo com Vieira (2020), na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), o sistema linguístico é visto como um meio que reflete as necessidades comunicativas dos interlocutores, pois é através da língua que os falantes irão descrever os acontecimentos, expressar seus desejos, influenciarem e serem influenciados pelas trocas intersubjetivas e circunstâncias reais de interlocução.

As pesquisas produzidas pela Gramática de Construções (GC) têm trazido forte

² O conceito de “[...] *token* equivale a uma palavra corrida (do inglês, *running words*) e, por conseguinte, cada ocorrência de uma palavra em um texto conta como um *token* (item)” (Marcasso; Di Filippo, 2014, p. 03).

influência nos estudos da linguística funcional. Nesse sentido, Oliveira e Rosário (2015) salientam que com o passar dos anos, a GC foi especializando-se em diversos modelos, no entanto, no Brasil, o de maior impacto é o de Croft (2001), em que ele traz a representação esquemática da construção. Observemos:

Figura 1- Representação Esquemática da Construção



Fonte: (Croft, 2001, p. 18 *apud* Oliveira; Rosário, 2016)

Como podemos ver na figura 1, a representação está dividida em duas partes, forma e função. A forma corresponde às propriedades formais de uma determinada construção, são elas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, enquanto a função compreende às propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Há entre as duas partes (forma e função) a correspondência simbólica (link), isto é, um elo que os une.

Tendo em vista isso, é importante salientar que “construções são definidas como pareamentos convencionalizados de forma e função, em variados níveis de complexidade e de abstração” (Goldberg, 2013, p. 2 *apud* Oliveira; Rosário, 2015, p. 134). Desse modo, Oliveira e Rosário (2016, p. 239) afirmam que:

A construção é assumida como unidade gramatical básica e fundante. A língua, por consequência, define-se como conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas.

Ao longo do tempo, a concepção de construção foi se ampliando bastante. Na

perspectiva de Oliveira e Rosário (2015, p. 144) “morfemas, palavras, sintagmas, expressões formulaicas, sentenças, períodos compostos e até instâncias mais complexas da língua podem ser considerados construções.” Assim, o conceito de construção se desenvolve cada vez mais, visto que a gramática de uma língua, tendo como estrutura fundamental as construções, resulta de uma série de mudanças, reformulações históricas e experiências dos falantes com o mundo.

Há muito tempo abandonou-se a ideia de que as línguas são sistemas homogêneos e imutáveis, ou seja, é importante reconhecer que a língua é um sistema heterogêneo, um fenômeno social que se modifica ao longo do tempo. Tendo em vista isso, faz-se necessário ressaltar que “existem diversos mecanismos de renovação das línguas. A gramaticalização é um desses processos de mudança do sistema linguístico. Por meio desse mecanismo, o falante molda a gramática de sua língua, motivado pela sua necessidade de expressão. Assim, a língua está em constante evolução” (Cordeiro, 2012, p. 4).

Para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991 *apud* Dias, 2011, p. 22), “a gramaticalização pode ser influenciada por fatores, entre outros, como: nosso aparato neurofisiológico, o nosso ambiente sociocultural, o contexto em que atuamos, o contato entre línguas e interferência entre a escrita e a forma falada de uma determinada língua.”. Desta maneira, o processo de gramaticalização é um mecanismo complexo, que ocorre de forma lenta e gradual e sofre influência de diversos fatores, sejam eles internos ou externos à língua.

Traugott (2008 *apud* Vieira, 2020, p. 63, grifo próprio) afirma que “[...] em certos **contextos linguísticos**, os falantes usam partes de uma **construção** com uma função gramatical. Ao longo do tempo, a **construção gramatical** resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais”. Portanto, o contexto tem grande influência no que se refere aos estudos funcionais da língua, pois é a partir dos mais variados contextos de uso que as construções ganham novos significados.

No que diz respeito ao desenvolvimento das pesquisas sobre a gramaticalização, Gonçalves *et al* (2007 *apud* Thompson, Oliveira e Rodrigues, 2012, p. 5) apontam que “Meillet foi figura central nos estudos sobre o tema, sendo o primeiro a usar o termo gramaticalização para se referir ao processo no qual uma palavra autônoma passa a ter uma função gramatical, não obstante as noções de gramaticalização já existissem no século X”. Antoine Meillet é considerado o precursor dos estudos sobre gramaticalização.

Convém ressaltar também o trabalho desenvolvido pelos alemães Heine, Claudi e Hünmeyer (1991) no campo da gramaticalização. Para eles, ela é definida como um processo em que uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical. Esse processo, segundo os autores, pode ser encontrado em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical (Dias, 2012, p.26).

Segundo Dias (2012), os autores estabelecem que a gramaticalização é definida como “unidirecional”, isto significa dizer que esse processo ocorre a partir de uma unidade menos gramatical para uma mais gramatical, e que o contrário não seria possível. Salienta-se ainda que essa mudança linguística acontece em decorrência da relação entre operações cognitivas e pragmáticas, compreendendo também a transferência de sentidos entre categorias.

Neves (2012) ressalta que o território da chamada **gramaticalização** é definido pela investigação do percurso que vai do léxico à gramática. Além disso, a autora evidencia que “[...] o processo de gramaticalização é uma das mais evidentes mostras da instabilidade do sistema e da difusão de zonas nas categorizações de entidades linguísticas, envolvendo as relações entre léxico e gramática” (Neves, 2012, p. 100).

Diante dessa breve exposição sobre a teoria da gramaticalização e a gramática de construções, será realizada, a seguir, uma apresentação acerca de alguns trabalhos que têm sido desenvolvidos sobre a gramaticalização do *que nem*.

2.2 Gramaticalização do *que nem*

Traugott (2009, p. 91 *apud* Thompson; Oliveira; Rodrigues, 2012, p.2) entende por gramaticalização a “mudança pela qual em certos contextos linguísticos os falantes usam (partes de) uma construção com uma função gramatical, ou concebem uma nova função gramatical a uma construção já gramatical”. Em outras palavras, a gramaticalização acontece quando, em determinadas situações de uso, uma forma gramatical “velha” assume uma nova função gramatical. Nesse sentido, Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012, p. 2) pressupõem que o “[...] *que nem* seja uma construção de origem gramatical que adquiriu uma nova função gramatical e resultou em um caso de gramaticalização”.

Ampliando essa discussão, Vieira e Souza (2019, p. 247-248) acreditam na possibilidade do *que nem* ter passado pelos tipos de contexto (típico, atípico, crítico e isolado) assim como proposto por Diewald (2006):

Típico (*faz viver tal vida, que nem d'el nem d'outrem nom ha[m] guarida*), Atípico (**por as ventuira**, casou-se melhor *que nem u~a* das outras), Crítico (e o seu açaframhe melhor que nem hu~u~ outro) e Isolado (tem força *que nem um touro*), chegando à configuração formal funcional comparativa. Assim, por meio de inferências sugeridas, (inter)subjetivação, processos cognitivos de domínios gerais e mudanças construcionais, partimos do pressuposto de que o *que nem* é resultado de uma construcionalização gramatical que faz parte do domínio funcional da conexão.

Nessa direção, segundo Vieira (2020, p. 23), é possível defender a tese de que “[...] no Português Brasileiro, há uma nova construção, um novo nó na rede linguística dos conectivos que passa a integrar, também, a rede construcional dos Marcadores Discursivos (MDs), na rota [QUE NEM]connect -> [QUE NEM]md.”. Nessa perspectiva, o *que nem* seria uma nova construção gramatical, que passou a fazer parte tanto da rede dos conectivos quanto dos marcadores discursivos.

Campbell e Janda (2001, p. 107 *apud* Galbiatti, 2008) enfatizam que, desde as primeiras investigações sobre o processo de gramaticalização, com Meillet, tem ocorrido “[...] uma ampliação do campo de estudos relacionados à gramaticalização”, por isso, não é nada fácil encontrar um conceito geral, um denominador comum entre esses estudos, devido à complexidade da temática e às diferentes concepções de língua e gramática existentes. No entanto, uma percepção imediata sobre a gramaticalização que, minimamente, se faz presente na maioria dos trabalhos sobre o assunto é: “**ALGUM ITEM LINGÜÍSTICO > ALGUM ELEMENTO MAIS GRAMATICAL**” (Campbell; Janda, 2001, p. 107 *apud* Galbiatti, 2008, p. 55).

Em conclusão, Thompson, Oliveira e Rodrigues, (2012, p. 3) destacam que :

[...] apesar de a teoria da gramaticalização e a gramática das construções serem teorias distintas, pensamos que elas podem ser utilizadas em conjunto para que se possam descrever fenômenos de mudança linguística com mais precisão, complementando e aprimorando uma a outra [...] as formas *que* e *nem*, originadas de uma estrutura consecutiva, passam a funcionar como um único bloco e com funcionalidade diferenciada, gramaticalizando-se.

Sendo assim, a união entre a teoria da gramaticalização e a gramática de construções é essencial para uma análise mais clara do fenômeno linguístico ocorrido com a expressão "*que nem*", uma vez que, como foi dito anteriormente, tal construção analisada sob o viés funcional da língua sofreu o que chamamos de processo de gramaticalização, o que significa dizer que ela adquiriu uma nova função gramatical.

A seguir, será realizada uma discussão acerca de uma investigação que procurou observar se a construção *que nem* está contemplada em algumas gramáticas tradicionais e contemporâneas de Língua Portuguesa e o modo como os gramáticos a classificam.

2.3 O “que nem” nas Gramáticas Tradicionais e Contemporâneas

A fim de compreender os usos e funções que o “*que nem*” vem adquirindo na língua ao longo do tempo, tornou-se interessante trazermos um breve olhar sobre a forma como ele está sendo contemplado nas gramáticas tradicionais e contemporâneas de Língua Portuguesa. Para isso, foi realizada uma pesquisa em seis gramáticas tradicionais e cinco gramáticas contemporâneas.

No que se refere às gramáticas tradicionais, das seis consultadas, cinco contemplam o “*que nem*”, são elas: Faraco e Moura (1997); Bechara (2019); Cunha e Cintra (2016); Chini e Caetano (2020) e Cegalla (2008). É interessante notar que em sua gramática, Rocha Lima (2011) não menciona o “*que nem*”, em momento algum.

Por meio desta consulta, observou-se que Faraco e Moura (1997, p. 175) atribuem ao *que nem* a função de "comparativo de igualdade", ressaltando que esta forma é usada na linguagem coloquial. Eis um exemplo apresentado pelos autores:

(1) “Ele é feliz *que nem* ela”

Esses gramáticos classificam o *que nem* como uma locução conjuntiva comparativa, da mesma forma que o “bem como” e o “assim como”. Além disso, Faraco e Moura (1997, p. 478) categorizam o *que nem* como um dos “elementos de ligação entre termos comparados” presentes na montagem da figura de linguagem "comparação ou símile" :

(2) “A moça punha os olhos no alto, *que nem* os santos e os espantados...” (G. Rosa)

Interessante ressaltar que Faraco e Moura (1997) haviam destacado inicialmente que a forma *que nem* era usada na linguagem coloquial, no entanto, mais à frente, apontam para o seu uso em exemplos de linguagem literária, como evidenciado em (2).

Cegalla (2008, p. 291) categoriza a forma *que nem* como uma conjunção subordinativa comparativa, visto que introduz “orações que representam o segundo elemento de uma comparação”. Ademais, ele atribui ao *que nem* a função de conectivo:

(3) “Os pedestres se cruzam pelas ruas *que nem* formigas apressadas”.

Cunha e Cintra (2016, p. 602) fazem referência ao *que nem* como uma das formas comparativas que iniciam “uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto”.

(4) “Ele comeu-a **que nem** confeitos”. (C. Castelo Branco, OS, 1,386)

Segundo Bechara (2019, p. 660), o *que nem* é empregado com frequência em construções comparativas ao invés das formas “*como, do mesmo modo que, tanto como*”.

(5) “É forte *que nem* um touro”

Assim como Faraco e Moura (1997), Chini e Caetano (2020) também destacam o *que nem* como um comparativo de igualdade.

(6) “Mariana é alta *que nem* uma garça”

Da mesma forma que se procurou averiguar o modo como as gramáticas tradicionais analisam o funcionalismo do “*que nem*”, foi feito também nas seguintes gramáticas contemporâneas: Neves (2012); Castilho (2014); Bagno (2012); Azeredo (2010) e Perini (2016). Torna-se importante salientar que, destas cinco gramáticas, apenas a de Castilho (2014) contempla de alguma maneira o *que nem*.

O autor traz a forma *que nem* em um dos exemplos que demonstram que o item “*que*” está passando por outras formas de generalização de uso, “[...] operando como conjunção aditiva/temporal/condicional/comparativa” (Castilho, 2014, p. 342).

(7) *Se o olhar fosse alfinete e **que** (= se) desse alfinetada, tu ficava furadinha, **que** (= **que nem**) só renda de almofada.* (Marroquim 1943/1996).

Diante da pesquisa feita nas gramáticas tradicionais e contemporâneas, nota-se que foi atribuído ao *que nem* a função comparativa, em que ele adquire um valor conectivo. Observa-se que, das gramáticas consultadas, as que contemplam o *que nem* fazem referência ao seu uso coloquial, categorizando-o como conjunção comparativa. É interessante salientar que somente uma das cinco gramáticas contemporâneas apresenta a forma *que nem* e de

maneira superficial. Na seção seguinte, será discutida a função comparativa da construção *quem*.

2.4 Conjunção comparativa

Como foi visto na seção anterior, a partir da busca realizada nas gramáticas tradicionais e contemporâneas de língua portuguesa, nota-se que dentre todos os tipos de empregos, o *quem* teve destaque na função comparativa. Talvez essa ênfase ao valor comparativo se dê pelo fato de que, como afirma Neves (2018, p. 1027) “[...] em geral, vemos e avaliamos as coisas comparativamente, e a nossa linguagem reflete essa base de discriminação que orienta o espírito humano”. Para a autora, o espírito humano vê as coisas do mundo de forma comparativa.

Nesse sentido, Vieira e Sousa (2020, p.7) afirmam que “A habilidade de comparar é uma estratégia básica do indivíduo desde o início da aquisição da linguagem, pois muito do que decorre dos estímulos sociais é resultante de uma prévia operação de reconhecimento por analogia”. Deste modo, pode-se dizer que a capacidade comparativa é algo comum, partilhado entre todos os seres humanos.

Perante o exposto, é importante destacar que nesse processo de montar expressões comparativas existem vários caminhos e estratégias que permitem que os indivíduos estabeleçam a tarefa de comparar, “[...] mas todos, sem dúvida, estão circunscritos a uma atividade, antes, sensorial de observação, seguida de uma justaposição de elementos em um processamento cognitivo, que sugere um conhecimento pré-estabelecido: o emolduramento pragmático” (Lima-Hernandes, 2005, p. 38).

Sobre as construções comparativas, Neves (2018) estabelece que:

Um traço essencial dessas construções COMPARATIVAS é a existência de um elemento comum aos dois membros que são postos em cotejo na comparação, os quais não necessariamente são ORAÇÕES, podem ser simples sintagmas. Nas construções COMPARATIVAS, pois, dois membros são contrastados e comparados a respeito de alguma coisa que eles têm em comum (Neves, 2018, p. 1030).

Dito isto, fica claro que a característica fundamental da construção comparativa é a presença de um elemento comum entre os dois membros comparados. Em vista disso, Rodrigues (2010, p. 139) salienta que “esse elemento pode estar sendo comparado ao outro em igualdade ou desigualdade (superioridade ou inferioridade)”.

Rodrigues (2016) destaca que existem quatro tipos de construções comparativas, são elas: **Construção comparativa não-oracional correlata**; **Construção comparativa não-oracional não-correlata**; **Construção comparativa oracional correlata** e **Construção comparativa oracional não-correlata**. Ela explica que as construções não-oracionais são aquelas em que há ocorrência da elipse/apagamento (Ex: Ele fez as coisas como ela. COMO + SN), enquanto as oracionais referem-se às construções em que o verbo está expresso. (Ex: Ele é lindo como ela é. COMO + SN + SV). A autora ressalta, ainda, que do ponto de vista sintático, essas construções podem envolver tanto correlação como a subordinação, isto é, existem construções comparativas correlatas e outras que não são. As correlatas oracionais ou não oracionais envolvem interdependência sintática entre a primeira e a segunda oração (Ex: [...] um tem que falar mais alto [**do que** o outro]) (Rodrigues, 2016, p.2); já as não-correlatas, funcionam como adjuntos, que podem ser oracionais ou não. (Ex: Agora, tudo vai ser [**como** era antes.] (Rodrigues, 2016, p. 2).

Por meio de uma análise de estruturas comparativas, Rodrigues (2016) demonstrou que, do *corpus* utilizado, as construções comparativas não oracionais são as mais frequentes, verificando também que as não-correlatas são mais recorrentes na escrita, ao passo que, a fala prefere as correlatas. Nesse panorama, a autora afirma que não é uma coincidência o fato do como introduzir “[...] preferencialmente as construções comparativas não-correlatas da Língua Escrita e do que e que caracterizem as estruturas correlatas da Fala. Há maior incidência de construções não-oracionais não-correlatas na escrita exprimindo igualdade e sentido metafórico” (Rodrigues, 2016, p. 56). Assim, esses dois introdutores ajudam a diferenciar as construções comparativas de igualdade das de desigualdade.

No que se refere às conjunções de valor comparativo, Jucá Filho (1933, p. 32 *apud* Vieira; Sousa, 2020, p. 7) salienta que a “[...] mais interessante é a expressão *que nem*, do mesmo gênero e função [da palavra *feito* e *como*] de grande uso no Brasil”. Desta forma, o autor aponta que a construção *que nem* é uma forma que aparece com bastante frequência no português brasileiro.

Diante dessa perspectiva, Dias (2011, p. 56) acredita que:

Convém ressaltar que à medida que a expressão *que nem* adquire função de conjunção comparativa, a sua mobilidade se restringe a posições determinadas da organização morfossintática, ou seja, aparece entre dois elementos (ou orações) que estão sendo comparados, isto é, lança um elemento que é comparado a outro, anteriormente apresentado.

Como propõe Heine e Reh (1984 *apud* Neves, 2018), essa mobilidade restrita demonstra a ocorrência da gramaticalização. Em paralelo a isso, Neves (2018, p. 1040) explica que “as construções ligadas a componentes de comparação têm, naturalmente, restrições à ordenação de suas partes: a posposição da ORAÇÃO COMPARATIVA é sempre a ordem preferencial, e em alguns casos (especialmente nas correlações) a posposição é obrigatória”.

Dias (2011, p. 56) verifica em sua pesquisa que o “[...] *que nem*, ao assumir um valor comparativo, não mostra mais vestígios do advérbio de negação “nem”, mas mantém traços característicos de conjunção, articulando segmentos textuais”. Posto isso, de acordo com o autor, é possível afirmar que no desenvolvimento de mudanças categóricas, a forma *que nem* ainda mantém traços das propriedades formais e funcionais de origem. Segundo Hopper (1991 *apud* Dias, 2011, p. 57), isto ocorre porque este é o princípio da persistência, pois em uma forma inovadora há “reflexo no elemento gramatical de sua própria história em termos de suas propriedades funcionais e/ou formais”.

Por fim, torna-se interessante ressaltar que “a extensão que podem atingir os modos de construção comparativa é incalculável, especialmente tendo-se em conta que essas construções se valem muito de elipses, o que propicia uma variação muito grande de modos de arranjo” (Neves, 2018, p. 1048). Sendo assim, são várias as formas de composição possíveis ao se construir estruturas comparativas. Após as considerações realizadas até o momento, serão apresentados na seção seguinte, os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa tem seus procedimentos metodológicos, isto é, os caminhos seguidos durante sua construção, realizamos este trabalho dentro de uma perspectiva sincrônica, ou seja, um procedimento que busca estudar e descrever as características que regem o funcionamento da língua, com foco em um momento histórico estabelecido, desta forma, é feito um recorte no tempo.

O *corpus* em análise é composto por arquivos de áudio e transcrições de entrevistas coletadas entre 2011 e 2014, em formato PDF, sobre o “Linguajar Paraibano”, em 26 municípios diferentes, que estão divididos em quatro mesorregiões (Mata, Agreste, Borborema e Sertão). No que se refere aos critérios de seleção desse *corpus*, os dados escolhidos foram delimitados através de dois fatores: o primeiro trata-se da delimitação por região, sendo escolhidos os Municípios Monteiro, Congo e Serra Branca, que fazem parte da mesorregião Borborema. Há outros municípios nesta mesorregião, porém, foram considerados apenas os dados dos três municípios citados acima, pela proximidade de localização com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), instituição da qual faço parte e que tem muitos alunos matriculados desses municípios; já o segundo critério, refere-se aos informantes, divididos em: informantes da Zona Rural e informantes da Zona Urbana. É interessante ressaltar que Monteiro, Congo e Serra Branca são quase a totalidade dos municípios da Microrregião do Cariri Ocidental contemplados pelo CoLingPB, faltando somente Taperoá.

Em relação à referenciação das transcrições é importante destacar que o padrão de codificação estabelecido para identificar os pontos de inquérito é formado pelas letras **br**, minúsculas, indicando “Brasil”, seguidas das letras **PB**, maiúsculas, indicando a “Paraíba”, e de dois algarismos, indicando o ponto de inquérito. Nos três municípios escolhidos para análise, os pontos de inquérito recebem a seguinte numeração: Serra Branca (14); Congo (15) e Monteiro (17).

Quanto à codificação dos informantes, é constituída inicialmente pela letra **g**, que significa “grupo”, seguida de um dos algarismos “1”, “2”, “3” ou “4”, e por uma das letras “a” (zona urbana) ou “b” (zona rural), caracterizadores do grupo a que pertence o informante. Cada grupo possui as seguintes características:

- **grupo 1a** – informantes adolescentes (14-17 anos), moradores da zona urbana;
- **grupo 1b** – informantes adolescentes (14-17 anos), moradores da zona rural;

- **grupo 2a** – informantes adultos (25-45 anos), moradores da zona urbana;
- **grupo 2b** – informantes adultos (25-45), moradores da zona rural;
- **grupo 3a** – informantes idosos (60+ anos), moradores da zona urbana;
- **grupo 3b** – informantes idosos (60+ anos), moradores da zona rural;
- **u** – informantes adultos graduados, representantes dos grupos 2 e 3.

Além disso, os códigos dos informantes apresentam ainda as letras **M** ou **F**, indicando se o informante é do sexo masculino ou feminino e por dois algarismos, caracterizadores do número do informante naquele ponto de inquérito. A título de exemplificação, tem-se o seguinte código.

Ex: **(brPB17_g2bM01)**

↓ ↓

(ponto de inquérito) (informante)

Este código indica que o informante é do Brasil (br), da região paraibana (PB), mais especificamente, do município de Monteiro (17), faz parte do grupo “2” (adultos), é morador da zona rural “b”, do sexo masculino “M” e recebeu a numeração “01”.

Sobre a escolha do método, Barros *et al.* (2016, p.139) afirma que “[...] depende da natureza da pesquisa, isto é, ele funciona como reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere.”. Em outras palavras, é a partir das necessidades exigidas pela pesquisa que ocorre a seleção dos métodos, que por sua vez, influenciam diretamente na qualidade do trabalho. Dito isto, para o tratamento dos dados coletados, utilizamos uma abordagem de natureza tanto quantitativa como qualitativa. Primeiramente, foram quantificadas as ocorrências do *que nem* na Zona Rural e Urbana dos municípios escolhidos, bem como cada uma das funções que essa construção exerce. Posteriormente, a partir dos resultados estatísticos, realizou-se uma análise qualitativa, já que “[...] caracteriza-se por dados que não podem ser mensurados, uma vez que leva em consideração os traços subjetivos e as particularidades de cada sujeito [...]” (Barros *et al.*, 2016, p. 135). Assim, foram examinadas as relações semânticas que a forma *que nem* assume em suas ocorrências levando em consideração os fatores internos e externos da língua. Tal tipo de pesquisa lida com a compreensão e a significação dos fenômenos investigados. Portanto, “[...] numa pesquisa de cunho qualitativo, a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental” (Menezes *et al.*, 2019, p. 29).

Com relação ao procedimento de coleta, utilizamos o tipo de pesquisa documental, que é semelhante à bibliográfica, no entanto, “[...] difere dela por fazer uso de materiais ainda não estudados. Devido a isso, o pesquisador tem a vantagem de ir direto à fonte, sem que haja a possibilidade de reproduzir um erro ou uma análise precipitada, como pode ocorrer na bibliográfica” (Menezes *et al.*, 2019, p. 38). Assim, neste trabalho, buscamos evidenciar os aspectos funcionais da construção “que nem” nos dados de fala, de caráter dialogal, coletados do *corpus* CoLingPB e organizados pelo departamento de Língua Portuguesa e Linguística do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

3.1 Perfil dos informantes

No total, foram entrevistadas 12 pessoas de cada município, sendo 6 da zona urbana e 6 da zona rural. A fim de contextualizar a quantidade de informantes da zona rural e da zona urbana que fizeram uso da forma *que nem* nos municípios de Monteiro, Congo e Serra Branca, elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 1- Quantificação dos informantes da zona rural e da zona urbana que utilizaram o *que nem* em cada município

| Município | Informantes da Zona Rural | Informantes da Zona Urbana | TOTAL | % |
|--------------|---------------------------|----------------------------|-------|------|
| Monteiro | 4 | 3 | 7 | 39,0 |
| Congo | 5 | 1 | 6 | 33,3 |
| Serra Branca | 3 | 2 | 5 | 27,7 |
| TOTAL | 12 | 6 | 18 | 100 |

Fonte: Autoria própria

Desse modo, conforme é apresentado na tabela 1, dos 18 informantes que usaram o *que nem*, 7 (39,0%) são do município de Monteiro; 6 (33,3%) são do Congo e 5 (27,7%) são de Serra Branca. Em relação aos informantes de Monteiro, dos 6 entrevistados da zona rural, 4 usaram o *que nem*, enquanto na zona urbana, dentre os 6 informantes, apenas 3 utilizaram esta forma. Já no Congo, das 6 pessoas entrevistadas na zona rural, 5 fizeram uso do *que nem*, ao passo que, na zona urbana, houve a ocorrência do *que nem* somente na fala de 1 pessoa. Por último, no município de Serra Branca, dos 6 entrevistados da zona rural, 3 usaram a

construção *que nem*, à medida que, na zona urbana, 2 informantes fizeram uso desta construção. Ao todo, verificou-se que 12 entrevistados da zona rural utilizaram o *que nem*, enquanto na zona urbana somente 6. Além disso, contabilizamos um total de 39 ocorrências nas falas desses 18 entrevistados.

Para melhor elucidação dos perfis dos informantes, elaboraram-se duas tabelas, que apresentam o código, a faixa etária, o gênero e a escolaridade dos sujeitos que fizeram uso da construção *que nem* em suas falas. Como se observa, a tabela 2 diz respeito aos falantes da zona rural, enquanto a tabela 3 refere-se aos falantes da zona urbana.

Tabela 2- Perfil dos informantes que fizeram uso do *que nem* na Zona Rural

| Faixa-etária | Gênero | | Escolaridade | | | |
|-------------------------------|-----------|-----------|--------------|--------------|-----------|---------------|
| | M | F | EMCompleto | EMIncompleto | EFI | Alfabetização |
| g1 – adolescente (14-17 anos) | 03 | 01 | 01 | 03 | 00 | 00 |
| g2 – adulto (25-45 anos) | 02 | 03 | 02 | 00 | 03 | 00 |
| g3 – idoso (+60anos) | 01 | 02 | 01 | 00 | 01 | 01 |
| TOTAL | 06 | 06 | 04 | 03 | 04 | 01 |

Fonte: Autoria própria

A partir da tabela 2, verifica-se que dos 12 informantes da zona rural que utilizaram o *que nem*, só 4 possuem o ensino médio completo e 3 ainda estão cursando, ao passo que 4 tem somente o ensino fundamental I e 1 dos falantes foi apenas alfabetizado. Percebe-se, portanto, que dos 12 informantes da zona rural, não mais que 4 concluíram o ensino médio. Quanto aos informantes da Zona Urbana:

Tabela 3- Perfil dos informantes que fizeram uso do *que nem* na Zona Urbana

| Faixa-etária | Gênero | | Escolaridade | | | |
|--------------------------|-----------|-----------|--------------|--------------|-----------|---------------|
| | M | F | EMCompleto | EMIncompleto | EFI | Alfabetização |
| g2 – adulto (25-45 anos) | 02 | 02 | 04 | 00 | 00 | 00 |
| g3 – idoso (+60anos) | 02 | 00 | 01 | 00 | 01 | 00 |
| TOTAL | 04 | 02 | 05 | 00 | 01 | 00 |

Fonte: Autoria própria

Conforme mostra a tabela 3, dos 6 informantes que fizeram uso da construção *que*

nem, 5 possuem o ensino médio completo e 1 tem apenas o 4º ano do ensino fundamental. Assim, com base nos dados apresentados nas tabelas 2 e 3, constata-se que um dos fatores externos à língua, mais especificamente, a escolaridade dos informantes, difere de uma zona para a outra, evidenciando o fato de que, no geral, os informantes da zona rural possuem um nível de escolaridade inferior aos da zona urbana.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste trabalho, propusemos analisar a partícula *que nem* sob o viés funcional da língua, a fim de averiguar os usos e funções que ela assume dentro dos dados coletados.³ Inicialmente, iremos observar como se dá a ocorrência do *que nem* nas Zonas Rurais e Urbanas dos municípios escolhidos para a análise.

4.1 Ocorrência do *que nem* na zona rural e urbana

Através do levantamento de dados, notou-se que, das 39 ocorrências, a forma *que nem* aparece com mais frequência nas falas dos entrevistados da zona rural, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 4- Quantificação de dados analisados na Zona Rural e Urbana dos municípios

| Município | Zona Rural | % | Zona Urbana | % | TOTAL |
|--------------|------------|------|-------------|------|-------|
| Monteiro | 13 | 46% | 8 | 73% | 21 |
| Congo | 8 | 29% | 1 | 9% | 09 |
| Serra Branca | 7 | 25% | 2 | 18% | 09 |
| TOTAL | 28 | 100% | 11 | 100% | 39 |

Fonte: Autoria própria

Conforme mostra a tabela 4, há a presença do *que nem* em 28 falas dos informantes da zona rural, que contabiliza 72% das ocorrências, enquanto na zona urbana, há 11, isto é, 28% das ocorrências. Posto isso, verificamos que grande parte dos casos em que aparece o *que nem* foram encontradas nas falas dos informantes da zona rural. É importante destacar que, no geral, a extensão das entrevistas realizadas nos municípios de Monteiro, Congo e Serra Branca são bastante similares de uma zona para a outra, ocorrendo somente três exceções, em que há uma diferença de 4 páginas entre as entrevistas: a primeira e a segunda ocorrem em Monteiro, onde na zona urbana tem-se a entrevista do quarto informante com 21 páginas ao passo que a da zona rural tem 17, já a entrevista do sexto informante da zona urbana tem 18 páginas à medida que na zona rural tem 14; a terceira e última exceção se dá em Serra Branca,

³ Todos os exemplos utilizados na análise foram retirados diretamente dos PDFs com as transcrições das entrevistas, assim, os problemas de ortografia e concordância fazem parte das falas dos informantes.

com a entrevista do quarto informante da zona urbana contendo 16 páginas enquanto a da zona rural tem 20.

Como é possível observar na tabela 4, o maior número de ocorrências foi no município de Monteiro, com 13 casos na zona rural, que representa 46% das ocorrências e 8 na zona urbana, contabilizando 73%, seguido do município Congo com 8 ocorrências, que representa 29% na zona Rural e 1 na zona urbana, equivalente a 9% dos casos. Por último, Serra Branca, com 7 ocorrências, representando 25% dos casos na zona rural e 2 na zona urbana, equivalente a 18% das ocorrências.

De acordo com os estudos funcionalistas de Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012), as estruturas linguísticas devem ser estudadas com base no seu contexto de uso, assim, torna-se importante levar em consideração o contexto social e linguístico em que os informantes estão inseridos. Portanto, não basta apenas pensar nos fatores internos da língua, mas também nos fatores externos, pois, de acordo com os postulados de Rosário e Oliveira (2016, p. 234), “a estrutura da língua é forjada na experiência, tanto histórica quanto cotidiana, e que deriva de processos cognitivos de domínio geral”. Deste modo, é possível levantar a hipótese de que o contexto educacional, mais precisamente o fator escolaridade, influenciou diretamente nas falas dos informantes e conseqüentemente no número de ocorrências do *que nem*, dado que, geralmente, as pessoas da zona rural têm menos acesso à educação, o que resulta em um alto índice de pessoas com baixo grau de escolaridade nessas regiões. Tendo em vista isso, essas pessoas dificilmente fazem uso de uma linguagem formal, de acordo com a norma padrão, mas sim de uma linguagem coloquial/informal, que é mais livre, espontânea e por isso, está mais apta a receber novos usos.

Esta hipótese se comprovou a partir dos dados apresentados nas tabelas 2 e 3, nas quais verifica-se que os informantes da zona rural possuem um nível de escolaridade inferior aos da zona urbana. Esse fato resultou em um número maior de ocorrências do *que nem* na zona rural, como foi constatado na tabela 4.

Segundo Neves (2012), ao descrever os usos da língua, deve-se ter em mente que há motivações e necessidades comunicativas por trás dos seus usos. Logo, o fato de os informantes da zona rural terem um grau menor de escolaridade e por consequência utilizarem a linguagem coloquial com mais frequência que os falantes da zona urbana, demonstra-nos que a situação e as necessidades comunicativas deles diferem, visto que estas pessoas vivem em um ambiente sociocultural e linguístico diferente, com experiências, tanto históricas quanto cotidianas, distintas. Sendo assim, é indispensável pensar sobre a realidade

desses falantes, uma vez que “o contexto e a situação comunicativa favorecem determinados usos em detrimento de outros” (Dias, 2011, p. 42).

A partir da análise das ocorrências do *que nem*, verificamos que ele assume algumas funções: comparativa, conformativa e explicativa. Além disso, encontramos o uso do *que* e do *nem* com valores isolados, preservando, portanto, a funcionalidade dos itens individualmente, como veremos na tabela abaixo:

Tabela 5 -Distribuição das ocorrências do *que nem* no domínio das suas funções

| Função | Zona rural | Zona urbana | Total | % |
|--|-------------------|--------------------|--------------|----------|
| Comparativa | 19 | 4 | 23 | 59% |
| <i>que e nem</i> com valores isolados | 7 | 5 | 12 | 31% |
| Conformativa | 1 | 1 | 2 | 5% |
| Exemplificativa | 1 | 1 | 2 | 5% |
| TOTAL | 28 | 11 | 39 | 100% |

Fonte: Autoria própria.

A partir da tabela 5, podemos observar que do total de 39 ocorrências, 23, isto é, 59% mostram o *que nem* exercendo a função comparativa; 12, ou seja, 31% mostram o *que* e o *nem* com valores isolados, 2, equivalente a 5% dos casos, exercem a função conformativa e, por fim, 1, representando 5% das ocorrências, exercem a função exemplificativa. A seguir, detalhamos a análise por função e trazemos exemplos para ilustrar as ocorrências no *corpus*.

4.2 *Que nem*: estrutura comparativa

Com base na tabela 5, notamos que dentre todas as funções que o *que nem* assume há um destaque maior na função comparativa, havendo um total de 23 ocorrências, ou seja, 59% dos casos. Das 23 ocorrências na função comparativa, 19 são de falantes da zona rural e 4 de falantes da zona urbana. Observemos alguns exemplos da construção *que nem* usada como conjunção comparativa:

- (1) Precisa, meus amigo, até hoje, a maioria, assim, não tem um carro, tudo é, tudo fodido *que nem* eu, tá ligado, assim, nunca... [buzina]. (brPB17_g2aM01_223)

- (2) ... principalmente, assim, os primeiros meses... a adaptação... Você se, é *que nem* você pegar um gato, rodar dentro dum saco e soltar ele, ele fica tonto, sem saber onde tá, é a mesma coisa. Eu chegava lá em São Paulo, não sabia pra que lado o sol nascia, pra mim o sol tava nascendo ao contrário... [riso] (brPB17_g2aM0_469-472)
- (3) Pegue *que nem* homem ou então não pegue na mão do cara, se tá com nojo, não pega, né. (brPB17_g2aM01_514)
- (4) Hoje a, não tá mais tendo mais as quadrilha, assim, aqui no sítio, né, *que nem* todo ano... tinha... (brPB17_g2bM01_526)

No exemplo (1), o informante se compara aos seus amigos que são "fodidos", pois assim como ele, não tem nem um carro. O exemplo (2) traz uma comparação entre estar em processo de adaptação na cidade de São Paulo e um gato que é rodado dentro de um saco e fica tonto, sem saber onde está. No exemplo (3), o informante compara o ato de pegar na mão com mais firmeza, ou seja, sem "nojo", à força do homem. Na ocorrência (4), o informante compara uma época anterior, quando havia quadrilhas no sítio todos os anos, à época atual, que não tem mais quadrilhas como antigamente.

Segundo Neves (2018), uma característica fundamental das construções comparativas é a existência de um elemento comum aos dois membros da comparação. Nos casos acima, podemos notar a presença de um traço comum entre os elementos comparados. Para Rodrigues (2010), esse traço em comum pode estar sendo comparado em igualdade ou desigualdade (superioridade ou inferioridade). Assim, verificou-se que nestes exemplos tem-se o uso da forma *que nem* com a função de comparativo de igualdade, visto que há o estabelecimento de uma comparação igualitária entre os membros.

Além disso, pode-se ainda recorrer a Rodrigues (2016) para explicar se as construções comparativas são correlatas ou não-correlatas. Observamos que estas construções não são correlatas, tendo em vista que, de acordo com os postulados de Rodrigues (2016), para que haja uma correlação faz-se necessário que exista uma interdependência sintática entre a primeira e a segunda oração, o que não ocorre nos exemplos.

Ademais, as orações comparativas analisadas são introduzidas pela forma *que nem* com a função de conjunção comparativa de igualdade. Posto isso, Rodrigues (2016) afirma que o como introduz preferencialmente as construções comparativas **não-correlatas** da língua escrita e do que e que caracterizam as estruturas **correlatas** da fala, sendo o como usado para iniciar construções comparativas de igualdade e o que e do que as de desigualdade. Nesse sentido, convém destacar que em todos os exemplos analisados até aqui, a forma *que nem*

pode ser substituída pelo conectivo *como* sem nenhum prejuízo à sentença, o que reforça ainda mais a sua função de comparativo de igualdade. Assim, por assumir o valor de comparativo de igualdade, o *que nem* está presente com maior frequência em estruturas não-correlatas, como é o caso dos exemplos citados acima (1), (2), (3) e (4).

Sobre o ato de comparar, Neves (2018) pontua que vemos e avaliamos as coisas do mundo comparativamente, deste modo, a comparação é algo presente em todos os indivíduos. Para a autora, no processo de montar expressões comparativas, a língua dispõe de mecanismos específicos que permitem registrar todo esse processo. A seguir, verificamos como as estruturas comparativas, instanciadas pelo conectivo *que nem*, se comportam em alguns exemplos:

(5) ...o povo não pensava *que nem* pensa hoje, né. (brPB17_g3bF01_97)

(6) E1: Cê tinha vontade de, de fazer o quê, assim, como profissão? [...]
Que não me ma/ não, não me maltratasse tanto...
que nem eu vivo me maltratando aí. (brPB15_g1bM01_337-342)

(7) E a madeira tí/ eles tirava no mato, assim, não era *que nem* essas hoje, não.
(brPB15_g2bF01_469)

No exemplo (5), o informante compara os pensamentos das pessoas de sua época com os pensamentos de “hoje” com a intenção de destacar que hoje em dia as pessoas refletem mais em suas ações. Em relação ao exemplo (6), ao ser questionado sobre a profissão que ele desejava ter, o informante afirma que gostaria de uma que não o maltratasse tanto, comparando a forma que ele vem se maltratando. Por último, no exemplo (7), há uma comparação entre a forma que a madeira era retirada na época do informante, isto é, no mato, com a madeira de “hoje”, que possivelmente deve ser comprada.

Recorrendo aos postulados de Vieira e Sousa (2020) no que se refere à comparação, os autores defendem que nesse tipo de estrutura, há a existência da confrontação de dois elementos. É possível observar que nos três exemplos (5), (6), (7) existe esse traço, em que dois membros são comparados e contrastados acerca de algo que eles têm em comum. A estrutura comparativa é composta por dois membros, os quais, como ressalta Neves (2018), não necessariamente são orações, podem ser apenas sintagmas. No exemplo (5), percebe-se a presença da primeira oração, que traz o elemento base da comparação e a outra oração, que depende da primeira e é introduzida pelo conectivo *que nem*, trazendo o elemento com o qual

se realiza a comparação.

Dias (2011) evidencia que, conforme a partícula *que nem* adquire a função de conjunção comparativa, a sua mobilidade se restringe a determinadas posições da organização morfossintática, isto é, aparece entre dois elementos (orações ou sintagmas) que estão sendo comparados, ou seja, lança um elemento que é comparado a outro, anteriormente apresentado. A respeito disso, alguns gramáticos, como Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2016) reconhecem o *que nem* como uma conjunção comparativa que introduz/inicia orações que representam o segundo elemento de uma comparação. Dito isto, podemos observar que os excertos (5), (6) e (7) são marcados pelas características essenciais presentes nas estruturas comparativas.

4.3 *Que nem*: Estrutura Conformativa e Explicativa

Como foi visto na tabela 5, em 2 ocorrências, isto é, 5%, o *que nem* exerce a função de conjunção conformativa. Uma das ocorrências é de um informante da zona rural e a outra da zona urbana. Vejamos nos exemplos abaixo como se apresenta a relação de conformidade no discurso:

- (8) SPEAKER1: E como é que fizeram pra tirar essa criança // de dentro dela?
 SPEAKER 2: Foi a mulher, a, uma, a sis/ a insistente, *que nem* eles chamava.
 (brPB17_g3bF01_191-192)
- (9) ...principalmente o pessoal daqui que tá fora, né, que sente saudade da terrinha, *que nem* eu falei... (brPB17_g2aM01_83)

No exemplo (8), o informante, ao relatar sobre um parto, afirma que, de acordo com as pessoas, a mulher que ajudou a tirar a criança era chamada de “insistente” . No que se refere ao exemplo (9), o informante faz uso da forma *que nem* para resgatar um comentário dito anteriormente por ele, com o qual estava de acordo, para reforçar a ideia de que o pessoal que mora fora sente saudade da terrinha.

Para Cordeiro (2012, p. 22), ao exercer a função de conjunção conformativa, o *que nem* “introduz orações que expressam um conteúdo informacional o qual está em conformidade com a mensagem expressa na oração principal (Neves, 2011), e, por isso, pode ser substituída pela conjunção *conforme*.”. Com base nas ocorrências analisadas (8) e (9), pode-se observar que existe uma conformidade, um acordo entre o pensamento que está após

a forma *que nem* com o anterior. Além disso, é possível notar que, em todos os exemplos, o *que nem* pode ser substituído pelo *conforme* sem causar danos à sentença. Dito isto, Dias (2011) acredita que este fato confirma um novo valor semântico de conformidade assumido pela construção *que nem* no discurso oral.

Outra função adquirida pela construção *que nem* é a de exemplificação, que representa apenas 5% dos casos, mais especificamente, 2 ocorrências, encontradas nas falas de um informante da zona urbana e um da zona rural, como pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(10) Sem precisar aquele sotaque...*que nem* nas novela, né, você vê um sotaque, né, um sotaque bem, bem caricato, uma coisa bem absurda, né... (brPB17_g2aM01_359)

(11) SPEAKER1: Agora, que que acontecia, assim, que, ahn, hoje em dia já não tá mais assim, mas naquela época as famílias tinham uma quantidade muito grande de // filhos, né.

SPEAKER2: Era. Tinha..

...tinha mulher, *que nem* a mulher de seu Luca, ahn, que mora ali, morava ali no, no Pendurão ...ela teve vinte filho. (brPB17_g3bF01_83-85)

No exemplo (10), o informante expõe sua opinião sobre os sotaques e cita como exemplo, as novelas, em que se vê os sotaques de forma bem absurda. No exemplo (11), o entrevistador comenta que na época passada as famílias tinham uma quantidade muito grande de filhos, o informante concorda e traz como exemplo a mulher de seu Luca, que teve vinte filhos.

Dias (2011, p. 57) postula que a exemplificação “ocorre quando o falante, a fim de esclarecer melhor algo que é dito, relata um caso particular ou utiliza-se de exemplos de outras situações e fatos, ilustrando, assim, o seu ponto de vista de forma a defender a sua tese”. Ao analisar estas duas ocorrências, percebemos que os falantes utilizam exemplos particulares para ilustrarem seus pensamentos. Quanto à construção *que nem*, ela aparece nas sentenças com o propósito de introduzir os exemplos trazidos pelos informantes.

Por fim, Cordeiro (2012, p. 22) comenta que “na formação da perífrase *que nem*, houve relativa abstratização, ganho de traços mais gramaticais em relação à forma fonte e mudança categorial, elementos caráter de um processo de gramaticalização”. Sendo assim, a partir da análise das ocorrências, fica evidente o fato de que as formas *que* e *nem*, como explica Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012), passaram a funcionar como um único bloco e

com funcionalidade diferenciada, isto é, a construção *que nem* adquiriu novas funções gramaticais, passando a integrar a rede de conectivos, ora como conjunção comparativa, ora conformativa ou explicativa, resultando, portanto, em um caso de gramaticalização.

4.4 *Que e Nem*

De acordo com a tabela 5, além das funções de conjunção comparativa, exemplificativa e conformativa, o *que nem* aparece em 12 ocorrências, ou seja, 31% dos casos, com seus valores isolados, de um lado o *que* funcionando tanto como conjunção integrante como pronome relativo, e o *nem* como um advérbio de negação. Do total de 12 ocorrências, 7 são de informantes da zona rural e 5 da zona urbana. Observemos os exemplos a seguir:

(12) ...choveu muito pouco, tem região aqui *que nem* choveu. (brPB17_g3aM01_295)

(13) Às vez as mulher tinha os filho... e morria deles, né.
[...] Tinha delas *que nem* tinha. (brPB17_g3bF01_117-120)

(14) ...na sexta-feira vai ter Os Três do Nordeste, vai ter Assisão, que eu pensei *que nem* existia mais. (brPB15_g2aF01_363)

No exemplo (12), o informante afirma que tem região que não choveu, neste caso, a partícula *que* está funcionando como um pronome relativo, retomando o termo citado anteriormente, mais especificamente o substantivo “região”, enquanto o *nem* funciona como um advérbio de negação, acrescentando a informação de que não choveu na região. No exemplo (13), o informante destaca em sua fala que às vezes as mulheres morriam quando tinham os filhos e algumas delas nem tinham filhos. Nesta sentença, o *que* tem a função de pronome relativo, retomando o pronome “delas”, ao passo que o *nem* está na função de advérbio de negação em relação ao verbo “tinha”. Em relação ao exemplo (14), o informante relata que pensava que nem existia mais o “Assisão”; nesta ocorrência, o *que* está funcionando como conjunção integrante, introduzindo a oração seguinte “que nem existia mais” enquanto a partícula *nem* está negando o “existia”.

Cordeiro (2012), sob o viés da gramática tradicional, evidencia que a partícula *que* pode pertencer a diferentes categorias gramaticais assim como assumir diversas funções sintáticas, uma dessas categorias é de pronome relativo, o qual foi evidenciado nas ocorrências (12) e (13). Como vimos no exemplo (14), o *que* também pode funcionar como

conjunção integrante, que segundo Dias (2011 p. 45), serve “para introduzir oração que funciona como sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal ou aposto de outra oração.”. No que se refere à partícula *nem*, Cordeiro (2012) afirma que se trata de um advérbio de negação, que usualmente possui a função de acrescentar uma informação associada a uma negação. É possível notar que nos três exemplos analisados, o *nem* equivale ao “não”.

Na seção seguinte, são apresentadas as considerações finais deste trabalho, na qual iremos retomar os objetivos, as hipóteses e os resultados obtidos com base nessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos averiguar e descrever o processo de constituição da construção gramatical *que nem* na língua portuguesa e suas funções a partir de uma perspectiva funcionalista centrada no uso. Partimos da hipótese de que a construção *que nem* é resultado de um processo de gramaticalização, em outras palavras, através desse mecanismo de renovação da língua, o *que nem* adquiriu novas funções gramaticais. Considerando o exposto, pode-se afirmar que as formas *que* e *nem* se juntaram e passaram a funcionar como um único bloco, isto é, uma única expressão, que possui funcionalidades diferenciadas.

Com base nessa pesquisa, podemos afirmar que nossa hipótese foi comprovada. Por meio do levantamento de dados de fala coletados no *corpus* CoLingPB, foi evidenciada uma quantidade significativa de ocorrências do *que nem*, demonstrando os usos e funções que essa construção assume dentro das sentenças analisadas.

Primeiramente, verificou-se que o maior número de ocorrências do *que nem* foi encontrado nas falas dos informantes da zona rural dos municípios paraibanos escolhidos, mais especificamente, 72% dos casos, o que fez levantarmos e comprovarmos a hipótese de que o fato dos informantes da zona rural possuírem um nível de escolaridade inferior aos da zona urbana resultou em um número maior de ocorrências do *que nem* na zona rural, confirmando, portanto, os pressupostos de Thompson, Oliveira e Rodrigues (2012) de que o contexto social e linguístico deve ser levado em consideração ao descrever os usos da língua. Assim, a situação comunicativa e o contexto, como afirma Dias (2011), favorecem certos usos em detrimento de outros.

Quanto à funcionalidade do *que nem*, foi possível constatar, além dos valores isolados do *que* e do *nem*, que essa construção assume a função de conjunção comparativa, exemplificativa e conformativa. Ademais, revelou-se que, nas estruturas comparativas ou exemplificativas, a construção *que nem* concorre com o conectivo *como*, ao passo que, quando integra uma estrutura conformativa, pode ser substituído pelo *conforme* sem causar danos à sentença. Além disso, nos contextos comparativos, observou-se que ao assumir o valor de comparativo de igualdade, o *que nem* está presente com maior frequência em estruturas não-correlatas.

Por fim, conclui-se que no Português Brasileiro há uma nova construção, que adquiriu novas funções gramaticais e passou a integrar a rede de conectivos, resultando em um caso de gramaticalização: a construção *que nem*. Deste modo, vale a pena ressaltar a ideia defendida

por Cordeiro (2012, p. 4), de que através dos mecanismos de renovação da língua, neste caso, a gramaticalização, “o falante molda a gramática de sua língua, motivado pela sua necessidade de expressão. Assim, a língua está em constante evolução”. Diante disso, espera-se, portanto, que essa pesquisa possa contribuir para a realização de estudos futuros que ampliem a descrição e análise das funções do *que nem* na Língua Portuguesa com um aprofundamento maior dos fatores de cunho social.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos S. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha/IAH. 2010.
- BARROS, A. S. ; SILVA, B. C. ; NELO, M. J. S. ; SILVA, R. D. . Objetos e metodologias: desenhando o TCC em diferentes campos do saber. In: Regina Celi Mendes Pereira. (Org.). **Entre conversas e práticas de TCC**. 1ed. João Pessoa: Ideia, 2016, p. 132-154.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39^a ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2019.
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. Editora Contexto, São Paulo, 2014.
- CORDEIRO, Álvaro Arthur da Silva. **Gramática emergente: a gramaticalização do “aí”, “só que” e “que nem”**. Brasília-DF, 2012.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. LEXIKON Editora Digital Ltda, 2016.
- CHINI, A.; CAETANO, M. M. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa: um guia completo do idioma**. Brasília/DF, 2020.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. ed. Nacional, São Paulo, 2008.
- DIAS, J R. **Que nem: um estudo do processo de gramaticalização**. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Araraquara: UNESP, 2011.
- FARACO, C. E; MOURA, F.M. **Gramática-Fonética e fonologia, Morfologia, Sintaxe Estilística**. 10^a ed. São Paulo, Ática. 1997.
- GALBIATTI, Maura Elisa. **Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais agora que e já que**. 2008.
- LIMA-HERNANDES, Maria Célia Pereira. **A interface sociolinguística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como sincronia e diacronia**. 2005. Tese de Doutorado. [sn].
- MARCASSO, Vanessa; DI FELIPPO, Ariani. **Caracterização linguística de sumários humanos multidocumento: explorando o nível lexical**. São Carlos: Nilc-Icmc-usp, 2014.
- MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE, 2019.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, v. 287, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018. p. 1022-1049

OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. da C. do. (orgs.). **Linguística centrada no uso**: teoria e método. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. São Paulo: Vozes, 2016.

ROSÁRIO, I. D. C. D., & OLIVEIRA, M. R. D.. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto) 2016, p. 233-259.

RODRIGUES, Violeta Virgínia. **Articulação de orações**: pesquisa e ensino. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

RODRIGUES, V. V. As construções comparativas em língua portuguesa. **Revista do GELNE**, v. 4, n. 1, p. 1-6, 26 fev. 2016.

STEIN, C. C. et al. Corpus Linguístico da Paraíba (CoLingPB). [trecho transcrito, se for o caso] João Pessoa-PB: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://cchla.ufpb.br/colingpb>> .

THOMPSON, Heloise Vasconcellos Gomes; DE OLIVEIRA, Felipe; RODRIGUES, Violeta Virginia. A trajetória de gramaticalização de que nem. **Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste**, v. 24. 2012.

VIEIRA, Caio Aguiar; SOUSA, Valéria Viana. A confluência entre o Funcionalismo e a Gramática de Construções: um estudo sobre as construções comparativas no Português Brasileiro (The confluence between Functionalism and Construction Grammar: a study on comparative constructions in Brazilian Portuguese). **Estudos da Língua (gem)**, v. 18, n. 1, p. 5-24, 2020.

VIEIRA, Caio Aguiar; SOUSA, Valéria Viana. A arquitetura construcional do que nem na Língua Portuguesa: mudanças construcionais e construcionalização. **SOLETRAS**, n. 37. 2019. p. 246-271

VIEIRA, Caio Aguiar. **A arquitetura construcional do que nem na Língua Portuguesa**: uma relação entre uso, cognição e (inter) subjetividade). Repositório Digital de Teses e Dissertações do PPGLin-UESB, v. 8, p. 123 p.-123, 2020.